

Quem paga a conta?

Olavo Pires de Camargo^I, Luiz Eugênio Garcez Leme^{II}

Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

O financiamento do ensino superior, particularmente das escolas médicas, é um tema que deverá ser cada vez mais candente. O número de 28 de Março de 2015 do *"The Economist"*,¹ uma das mais prestigiosas revistas de economia do mundo, tem um importante suplemento sobre as Universidades. A leitura da publicação mostra-nos as dificuldades e o labirinto de opções econômicas que se colocam frente a uma realidade cambiante. Outra interessante fonte de informação é o documentário da CNN *"Ivory Tower"* (torre de marfim), lançado em 2014 e disponível na internet,² que relata as dificuldades do sistema universitário norte-americano e seus problemas de financiamento, que ultrapassam um trilhão de dólares.

O que se observa é que o acesso à educação superior passou, no decorrer do século XX, de um privilégio restrito a uma pequena parcela da população a uma realidade virtualmente universal. No início, poder-se-ia argumentar, com razão, que o ensino superior representava um benefício individual que se refletia fortemente na comunidade, levando a melhores condições de vida a todos pela presença de indivíduos e profissionais qualificados. Atualmente, em muitos países, a parcela da população que tem acesso às universidades pode chegar perto dos 40% a 50%, e da pós-graduação, dos 15%. Essa mudança refletiu-se no impacto da educação superior

no mercado de trabalho. Até algumas décadas, o diploma superior representava acesso a melhores empregos e melhores remunerações. No momento, a plethora de profissionais já não contempla esta condição. Por outro lado, o rápido progresso do conhecimento faz com que alunos graduados saiam cada vez mais despreparados do curso superior. É significativo que um estudo com empregadores nos Estados Unidos mostrou que estes preferem contratar profissionais oriundos de escolas de ponta não pelos conhecimentos, mas pelo fato de terem sido expostos a uma seleção rigorosa.

A dúvida é se vale a pena bancar o enorme custo das escolas superiores de ponta para utilizá-las como selecionadoras e não como formadoras. É evidente que, nessas condições, o retorno de benefício para a sociedade como um todo, que banca as instituições direta ou indiretamente, é muito menor. Este é o mote daquelas publicações e a encruzilhada do financiamento do ensino superior.

No caso do ensino médico, essa mudança é patente. Se construíssemos um gráfico considerando a progressão dos custos do curso médico contra a qualificação do egresso para o exercício imediato da medicina, poderíamos perceber que rapidamente as curvas cruzariam. Custa cada vez mais formar médicos que saem cada vez menos preparados, ao final da graduação, para o exercício profissional imediato. A comprovação cabal dessa

^IProfessor titular do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

^{II}Professor associado do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Endereço para correspondência:

Olavo Pires de Camargo

Rua Barata Ribeiro, 490 — 3ª andar — conj. 33

Bela Vista — São Paulo (SP)

CEP 01308-000

Tel. (11) 3123-5620

E-mail: olapcama@uol.com.br

Fonte de fomento: nenhuma declarada — Conflito de interesses: nenhum declarado

Entrada: 2 de julho de 2015 — Última modificação: 2 de julho de 2015 — Aceite: 3 de julho 2015

realidade é a quase obrigatoriedade da residência médica para que os novos profissionais tenham um mínimo de condições de exercício.

Nesta realidade, cabe também a pergunta: quem deve pagar a conta? Qual o retorno de benefício para a sociedade que justificaria a ela bancar integralmente esse custo?

É importante ter presente que as justificativas do financiamento público do ensino básico e do ensino superior não se sobrepõem. No caso do ensino básico, os benefícios para a sociedade são maiores e universais, como a formação de eleitores e cidadãos mais criteriosos, menor índice de criminalidade³ e maiores taxas de adesão a programas de saúde pública e proteção ambiental; por outra parte, o sujeito do aprendizado, na infância, não pode conseguir apoio financeiro direto. Já no caso do ensino superior, esses benefícios e essa limitação são distintos.

Diversos países têm procurado resolver este dilema de formas diversas. Nos Estados Unidos, mesmo as universidades públicas têm custo para o aluno. Neste caso, as mensalidades cobrem 45% dos custos por estudante.³ No Canadá e na Holanda, esse custo corresponde a 15%. Mesmo a China cobra, no momento, mensalidades de seus alunos universitários.¹

As escolas médicas das universidades públicas brasileiras vivem, no momento, ao lado de muitos outros problemas, um que é peculiar. O acesso de alunos de menor renda familiar, oriundos do ensino público e beneficiados por políticas de inclusão e por

exames nacionais como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) traz ao convívio universitário um número crescente de estudantes que têm qualificação intelectual, mas não econômica para um curso em tempo integral, como é o curso médico. Aumenta, assim, exponencialmente a demanda por bolsas que permitam ao estudante manter-se sem trabalhar e, muitas vezes, fora de sua cidade. Essa demanda crescente nem de longe é coberta pelos recursos disponíveis para bolsas de apoio das escolas e a demanda por apoio externo é cada vez maior. É evidente, pois, que não basta que a escola seja gratuita num contexto em que o aluno deve se manter.

Uma proposta que vem na linha da adotada em muitos países é o financiamento para o ensino público superior, com carência variável após a conclusão do curso. Esse sistema que, de alguma maneira, já existe no Brasil através do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), poderia representar uma saída para viabilizar um financiamento cada vez mais limitado do ensino público superior em nosso meio. Trata-se, é obvio, de questão polêmica, para não dizer explosiva; no entanto, deve ser enfrentada dentro dos novos paradigmas de acesso cada vez maior ao ensino superior e de restrição orçamentária cada vez mais forte. Evidências sugerem que bolsas e empréstimos direcionados a determinados grupos que cubram outros gastos, além da mensalidade, podem ser muito mais eficazes para garantir o acesso de pessoas de baixa renda ao ensino superior.³

REFERÊNCIAS

1. The Economist. The whole world is going to university. Is it worth it? A special report. Disponível em: <http://www.economist.com/printedition/covers/2015-03-26/ap-e-eu-la-me-na-uk-0>. Acessado em 2015 (Jul 2).
2. Put locker. Watch ivory tower online. Disponível em: <http://putlocker.is/watch-ivory-tower-online-free-putlocker.html>. Acessado em 2015 (Jul 2).
3. Estevan F. Universidade pública não é gratuita; quem não cursa também paga por ela. Folha de São Paulo, 27 de Junho de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1648481-universidade-publica-nao-e-gratuita-quem-nao-cursa-tambem-paga-por-ela.shtml>. Acessado em 2015 (Jul 2).